

A disparidade regional e o mercado brasileiro de cartões

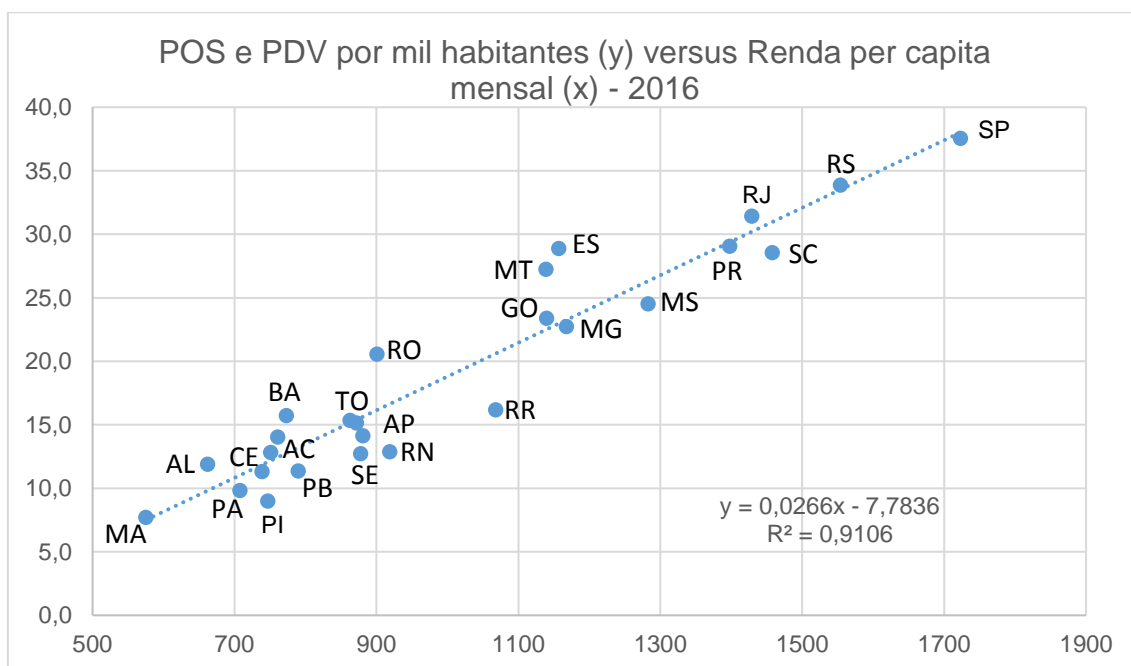
Estudo da Boanerges & Cia. mostra que baixa renda ainda é obstáculo para expansão dos meios eletrônicos de pagamento no país

Fim de exclusividades entre credenciadoras e bandeiras nacionais já afetou mercado e reduziu taxas para lojistas

São Paulo, 31 de julho de 2017 – A Boanerges & Cia., consultoria especializada em varejo financeiro, elaborou um estudo que mostra como a baixa renda ainda é obstáculo para expansão dos meios eletrônicos de pagamento no país.

Baseada nas estatísticas de pagamentos de varejo e cartões divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) em 10 de julho, a consultoria calculou a quantidade de POS' (máquina de cartões, *Point of Sale* na sigla em inglês) e PDV's (Pontos de Venda) a cada mil habitantes, relacionando-a à renda per capita de cada Unidade da Federação (UF).

O número de maquininhas (soma da quantidade de POS' e PDV's) dividido pela população, afinal, é uma boa aproximação para medir a disparidade no nível de aceitação de cartões entre as unidades da federação – quanto maior o número de maquininhas por habitante, maior a aceitação – e, conforme é possível observar no gráfico, há uma relação forte e positiva entre renda e cobertura de aceitação – o coeficiente de correlação é de 0,95 e, de acordo com o resultado da regressão linear, que desconsidera o Distrito Federal, a renda per capita explica 91,1% da diferença no grau de aceitação entre os estados.



Fonte: BCB, IBGE. Cálculos: Boanerges & Cia.

A maior cobertura em 2016 foi registrada no Distrito Federal, onde há 37,9 maquininhas por mil habitantes, seguido por São Paulo (37,5) e Rio Grande do Sul (33,9). Tratam-se exatamente das três UF's com maior renda per capita do país, de acordo com as estimativas do IBGE. No outro extremo encontra-se o Maranhão, estado mais pobre e com menor cobertura de aceitação de cartões (7,7 maquininhas por mil habitante).

Tabela resumo com dados por estado – 2016

UF	POS e PDV por mil habitantes	Renda per capita mensal (R\$)	Rank Cobertura	Rank Renda
Distrito Federal	37,9	2.351	1	1
São Paulo	37,5	1.723	2	2
Rio Grande do Sul	33,9	1.554	3	3
Rio de Janeiro	31,4	1.429	4	5
Paraná	29,0	1.398	5	6
Espírito Santo	28,9	1.157	6	9
Santa Catarina	28,5	1.458	7	4
Mato Grosso	27,2	1.139	8	11
Mato Grosso do Sul	24,5	1.283	9	7
Goiás	23,4	1.140	10	10
Minas Gerais	22,7	1.168	11	8
Rondônia	20,5	901	12	14
Roraima	16,2	1.068	13	12
Bahia	15,7	773	14	20
Tocantins	15,3	863	15	18
Pernambuco	15,1	872	16	17
Amapá	14,1	881	17	15
Acre	14,0	761	18	21
Rio Grande do Norte	12,9	919	19	13
Ceará	12,8	751	20	22
Sergipe	12,7	878	21	16
Alagoas	11,9	662	22	26
Paraíba	11,4	790	23	19
Amazonas	11,3	739	24	24
Pará	9,8	708	25	25
Piauí	9,0	747	26	23
Maranhão	7,7	575	27	27

Fonte: BCB, IBGE. Cálculos: Boanerges & Cia.

A explicação para a relação positiva entre cobertura de aceitação e renda é relativamente simples. Segundo Vitor França, consultor da Boanerges & Cia. responsável pelo estudo, a renda está relacionada diretamente ao consumo e à bancarização. A população mais pobre, de maneira geral, tem menor acesso a

produtos bancários, como cartões, por exemplo. Em regiões com menor renda, portanto, além de o consumo ser menor, menos consumidores utilizam cartão, o que desestimula o credenciamento de estabelecimentos. Isto porque, por um lado, as credenciadoras têm menor incentivo para credenciar estabelecimentos em regiões de menor renda, já que as receitas, diretamente relacionadas às vendas com cartão, podem não compensar os custos operacionais. Por outro lado, diante da menor frequência de pagamentos eletrônicos, os custos dos lojistas para aceitar cartões podem não compensar eventuais incrementos nas vendas com meios eletrônicos.

Assim, explica o consultor, a baixa renda aparece como um dos principais obstáculos para a expansão da aceitação dos cartões, que trazem uma série de benefícios econômicos como maior praticidade e segurança para consumidores e lojistas, além de facilitar a fiscalização e a arrecadação de impostos por parte da Receita Federal.

Ações que estimulem a competição e reduzam os custos para os lojistas, portanto, são fundamentais para a expansão da cobertura, especialmente em regiões de menor renda. Medidas como a recente mudança na cobrança do ISS (Imposto sobre Serviços), por sua vez, podem dificultar a expansão da cobertura em áreas mais pobres.

Afinal, com a mudança, o ISS passa a ter alíquota mínima de 2% (credenciadoras sediadas em Barueri, por exemplo, pagam atualmente 1,5%). Além disso, a cobrança, que atualmente é feita no município onde a credenciadora está sediada, passará a ser feita no município onde o serviço é prestado. Isto pode significar alíquotas mais elevadas e maiores custos operacionais, sendo parte do aumento dos custos será inevitavelmente repassada aos lojistas, o que tende a desestimular a aceitação de cartão.

Diminuiu a cobertura de cartões em 2016?

O número de POS' caiu pela primeira vez desde 2008, de 4,565 milhões em 2015 para 4,424 milhões em 2016. Com isso, a quantidade de POS' e PDV's por mil habitantes passou de 25,4 para 24,7 no mesmo período. Quer dizer, então, que diminuiu a aceitação de cartões no ano passado?

Para Vitor França, da Boanerges & Cia., a resposta é não. Segundo o consultor, a redução do número de POS pode ser explicada pela maior competição e pelo fim de exclusividades entre credenciadoras e bandeiras que ainda existiam no mercado. "Com o fim das exclusividades, os estabelecimentos passam a precisar de menos maquininhas para realizar vendas no cartão, já que uma única, agora, aceita as principais bandeiras", explica França.

A consultoria ressalta que o crescimento das subadquirentes (como a PagSeguro) no mundo físico, ocupando o espaço das credenciadoras

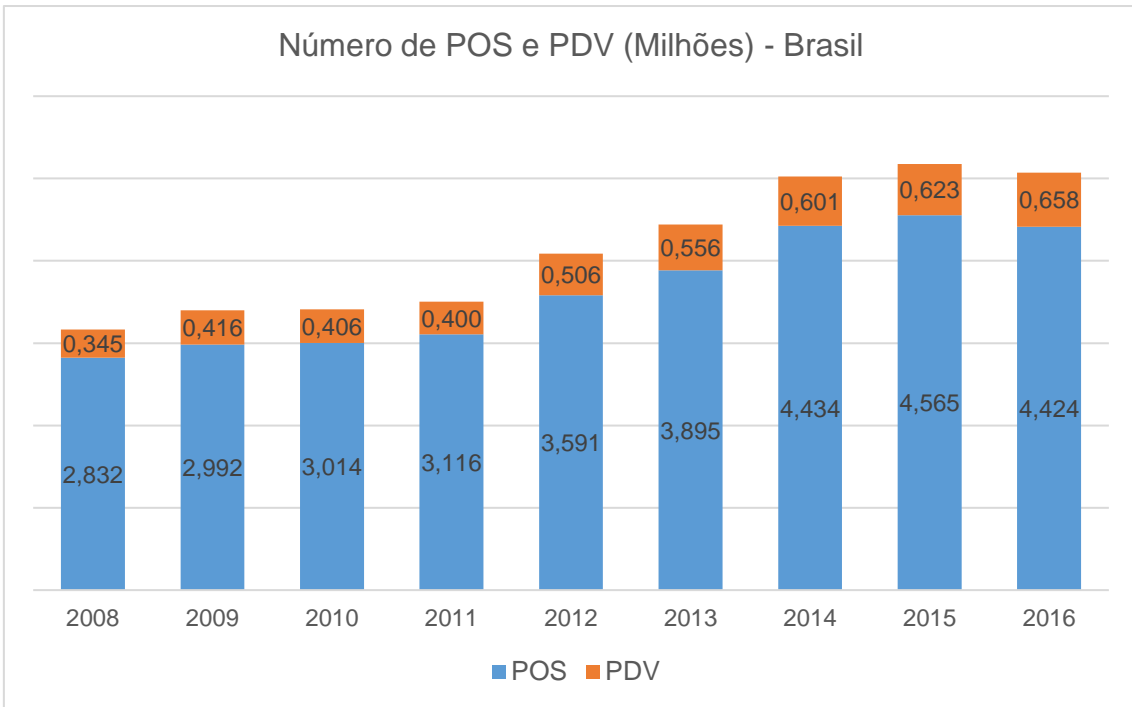
convencionais, também pode estar por trás da redução do número de POS' em 2016.

De fato a participação dos cartões nos pagamentos das famílias continuou a crescer, apesar da crise e da redução do número de POS'. De acordo com cálculos da Boanerges & Cia., o volume de transações domésticas com cartões de crédito e débito atingiu 27,5% do consumo das famílias em 2016, ante 27,1% no ano anterior.

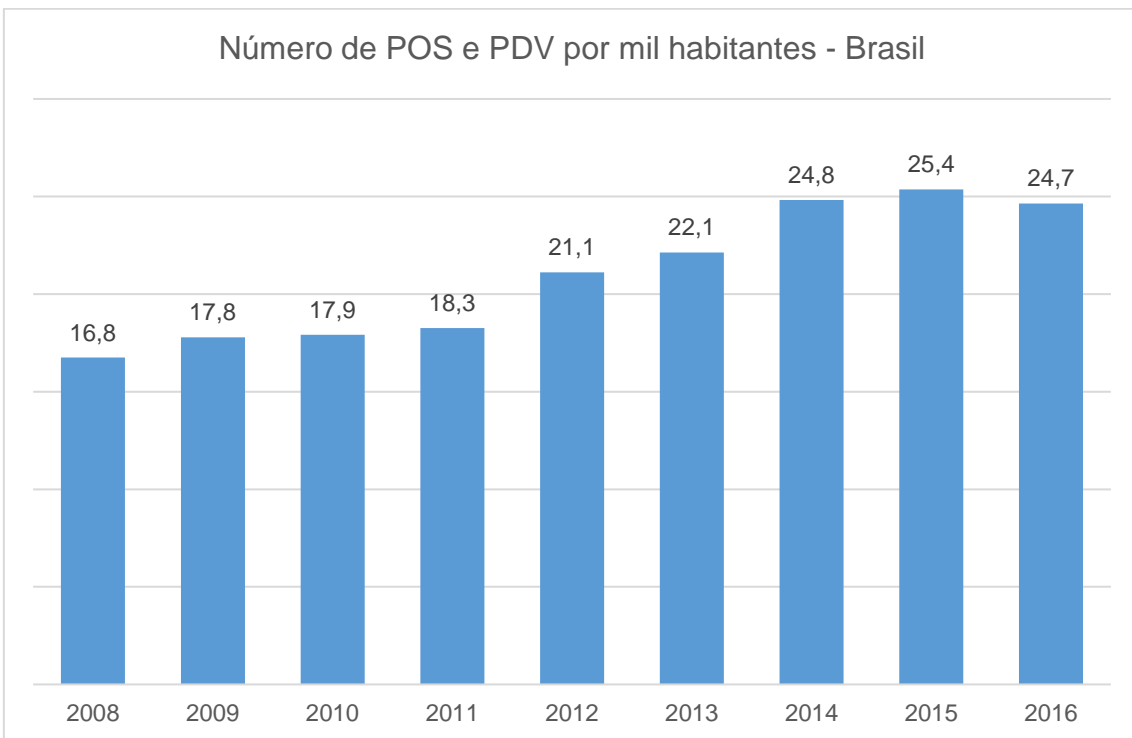
Comparações internacionais a partir de dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS da sigla em inglês) sugerem que ainda há espaço para expansão da cobertura de aceitação. Na Austrália, por exemplo, havia mais de 40 POS' por mil habitantes em 2015.

País	POS por mil habitantes
Austrália	40,1
Canadá	36,3
Itália	32,7
Singapura	31,1
Suíça	30,3
Reino Unido	30,1
Turquia	27,4
Holanda	26,3
França	22,2
Brasil	21,5
Suécia	18,7
China	16,6
Bélgica	16,4
Alemanha	12,2
Rússia	10,2
África do Sul	7,3
Arábia Saudita	7,3
México	7,2
Índia	1,1

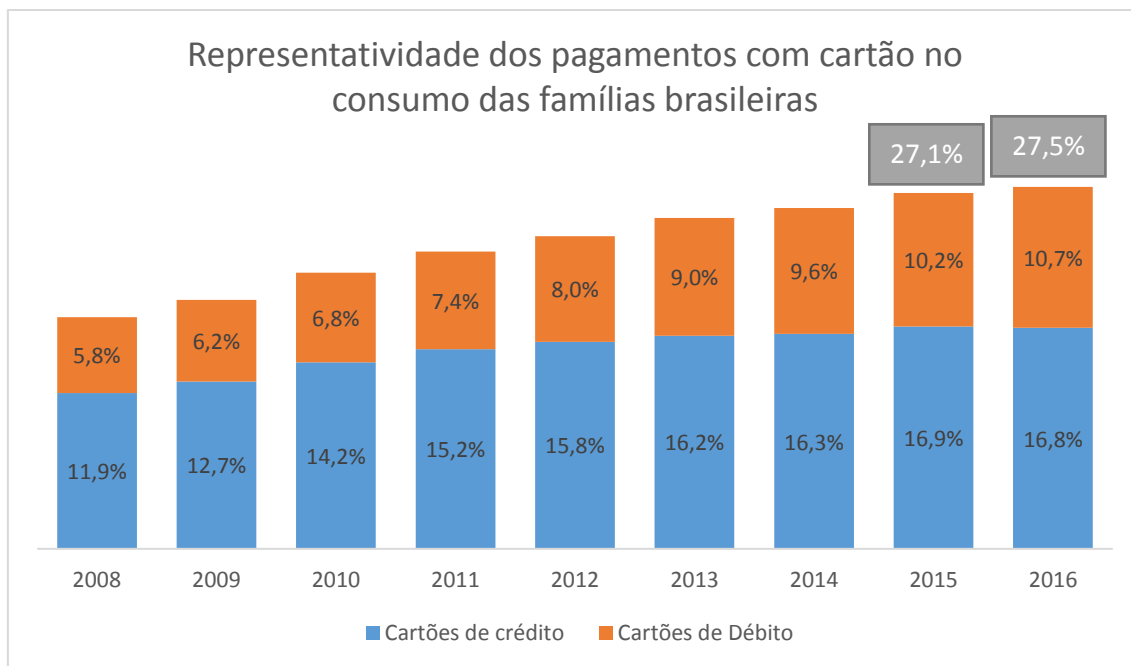
Fonte: BIS (2015), BCB (Brasil – 2016)



Fonte: BCB



Fonte: BCB, IBGE. Cálculos: Boanerges & Cia.



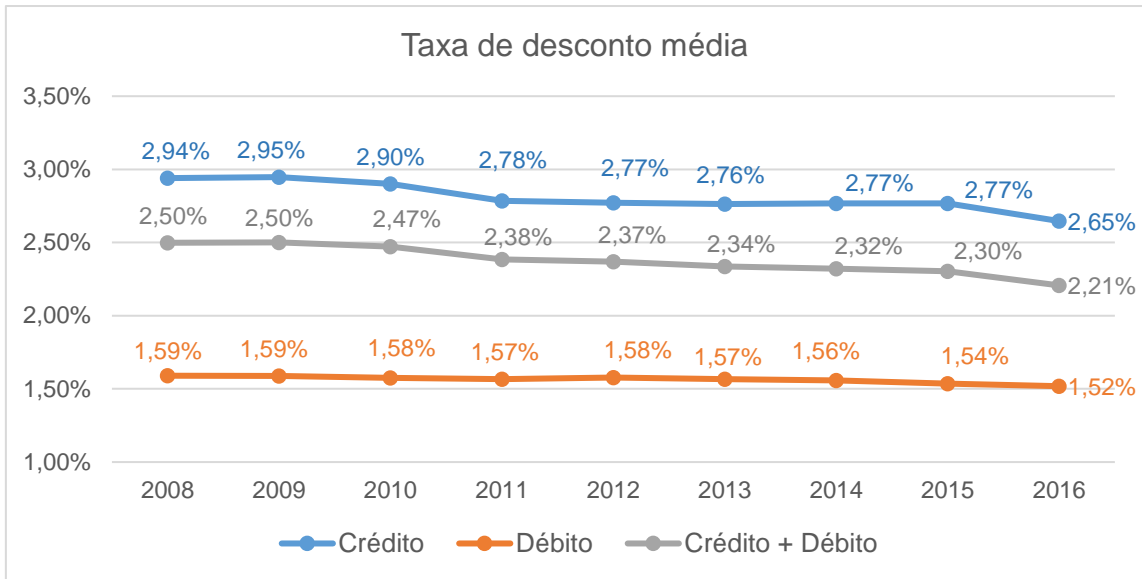
Fonte: BACEN, IBGE. Cálculos: Boanerges & Cia.

Fim de exclusividades entre credenciadoras e bandeiras nacionais já afetou mercado

O fim da exclusividade entre credenciadoras e bandeiras nacionais também já teve efeito nas taxas cobradas dos lojistas nas vendas no cartão. A taxa média paga pelos estabelecimentos comerciais nas vendas com cartão de crédito, por exemplo, que apresentava estabilidade desde 2011 – após a queda em 2010, quando teve fim da exclusividade entre as principais credenciadoras e bandeiras – caiu 0,12 ponto percentual em 2016. No débito, o recuo foi menor: -0,02 pp.

Para o consultor da Boanerges & Cia., a queda no ano passado parece reflexo do fim de exclusividades que ainda existiam entre credenciadoras e bandeiras – entre Cielo e Elo, por exemplo – e do consequente aumento da competição no setor.

O número de POS também caiu – pela primeira vez desde 2008: com maior competição e fim de exclusividade entre credenciadoras e bandeiras, os estabelecimentos passam a precisar de menos maquininhas para realizar vendas no cartão – já que uma única aceita todas as bandeiras –, o que também representa redução de custos para os lojistas.



Fonte: BCB. Cálculos: Boanerges & Cia.